

Comunicado aos Trabalhadores da Polícia Judiciária

A Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores em Funções Públicas e Sociais esteve presente numa reunião com a Direção Nacional da Polícia Judiciária, onde reforçou, desde o início, a importância de participar em todos os momentos em que sejam discutidos assuntos relevantes para os trabalhadores da Polícia Judiciária. Reiterou ainda a necessidade de respostas concretas para problemas que se arrastam há anos e que continuam a penalizar quem assegura diariamente o funcionamento da PJ.



Carreiras

A Federação voltou a colocar no centro da discussão a situação inaceitável dos trabalhadores das carreiras subsistentes e a importância destes profissionais para o funcionamento da PJ, defendendo a necessária alteração legislativa que permita a sua integração nas carreiras especiais da instituição.

A manutenção das carreiras subsistentes foi uma decisão política que tem persistido Governo após Governo, sem que este erro seja corrigido.

É urgente e imperativa a revisão do Estatuto Profissional do Pessoal da Polícia Judiciária, de forma que os trabalhadores das carreiras subsistentes e das carreiras gerais possam ver as suas situações laborais devidamente normalizadas.

A Direção Nacional admitiu que está em aberto a criação de uma ou mais carreiras especiais para integrar estes trabalhadores, reconhecendo que ainda não é possível antecipar quantas carreiras existirão no futuro Estatuto. Reconheceu igualmente a existência de um problema de falta de atratividade que importa resolver.

Relativamente aos trabalhadores das carreiras gerais, a Federação especificou os problemas que os afetam, destacando a desigualdade atualmente praticada na PJ, onde alguns trabalhadores recebem suplemento de missão e outros não, apesar de todos desempenharem funções na PJ. Esta situação é incompreensível.

A Direção Nacional reconheceu a prática, mas afirmou que não pode ir além do previsto na lei, acrescentando que nem todos os trabalhadores estão expostos ao mesmo nível de risco.

A Federação contrapôs que uma alteração legislativa poderia corrigir estas desigualdades.

Foi ainda referida a falta de segurança e de equipamentos de proteção individual a que estão sujeitos os trabalhadores das carreiras gerais, nomeadamente no acompanhamento às brigadas, no levantamento de matérias apreendidas e no trabalho laboratorial com substâncias químicas e/ou tóxicas.

A Direção Nacional registou a preocupação para melhor verificação da situação.

Suplemento de Missão

A Federação exigiu a valorização do suplemento de missão, defendendo que a revisão garanta uma valorização real e não meras alterações formais. Nenhum trabalhador deve continuar a desempenhar funções de elevado risco sem o devido reconhecimento.

A Direção informou que, aquando da revisão do Estatuto, o suplemento de missão será igualmente revisto.

SIADAP

O atual modelo de avaliação continua a gerar desigualdades, pelo que a Federação voltou a exigir soluções concretas.

A Direção Nacional admitiu que o sistema está desajustado e que será necessária negociação para adaptar o SIADAP.

Os Especialistas de Polícia Científica e os Seguranças continuam a ser avaliados pelo Regulamento de Classificações e Louvores da PJ, o que está totalmente desadequado da realidade e necessita de correção urgente.

A Direção Nacional informou que existe vontade de alterar o Regulamento de Classificações e Louvores, de 1983, mas que tal não tem sido possível. Garantiu, contudo, que isso não impedirá a procura de uma diferenciação justa do desempenho dos trabalhadores.

A Federação alertou que ajustes pontuais ao SIADAP não substituem a necessidade de um sistema verdadeiramente justo e transparente.

Formação

A ausência de formação adequada continua a bloquear progressões e a prejudicar o desempenho dos serviços.

A Federação lembrou que deve existir formação contínua anual, sob pena de congelamento das progressões, tendo apontado a incapacidade de resposta do Instituto de Polícia Judiciária e Ciências Criminais (IPJCC).

A Direção Nacional reconheceu que tem havido pouca ou nenhuma formação contínua, sendo a existente assegurada por entidades externas, predominando a formação “on the job”, claramente insuficiente. Referiu, ainda assim, que tem havido empenho na formação inicial de inspetores.

Acrescentou que o IPJCC tem estado focado na Formação Inicial de Inspetores e, brevemente, realizará um Curso de Formação de Coordenadores de Investigação Criminal, o que limita a sua disponibilidade para formação contínua. Foi também referido que esta formação pretende contribuir para a melhoria do processo avaliativo.

A Federação alertou para a necessidade de um plano anual de formação obrigatório, com financiamento adequado.

Regulamentos

O atual modelo de avaliação continua a gerar desigualdades, pelo que a Federação A Direção Nacional disse que está prevista a revisão ainda este ano do Regulamento de Piquetes, dado que o regulamento atual se encontra desatualizado e desajustado para as necessidades operacionais.

A Federação alertou para a urgência da sua aplicação e revisão, uma vez que tem impacto direto nos salários, tempos de descanso e horários de trabalho.

Foi igualmente sublinhada, pela Federação, a necessidade de clarificar as regras de rotatividade na atribuição do trabalho extraordinário, de forma a eliminar práticas discriminatórias, nomeadamente para com os Seguranças.

A Direção Nacional tomou nota.

Conclusão

A reunião revelou, mais uma vez, incertezas e ausência de respostas concretas por parte da Direção Nacional da Polícia Judiciária

A Federação continuará a pressionar, negociar e mobilizar sempre que necessário para defender os interesses dos trabalhadores da Polícia Judiciária.

**Unidos Somos Mais Fortes!
Sindicaliza-te!**

